

Fernando Molica

Derrota marca o fim de uma era

A reprovação de Jorge Messias para uma vaga no Supremo Tribunal Federal evidenciou a falência de um modelo de indicações para o Supremo Tribunal Federal baseado na busca de garantia de impunidade pelo presidente da República e na submissão ao jogo de fisiologia do Senado.

É normal que, aqui ou em qualquer outros país com sistema semelhante de escolha de integrantes da suprema corte, governantes busquem juristas com quem tenham afinidades na maneira de ver e interpretar o mundo.

Mas as pedaladas processuais da Lava Jato e a polarização política que acabou incentivada pela República de Curitiba mudaram essa lógica entre nós. No Mensalão, ministros nomeados por Lula, como Joaquim Barbosa, votaram pela condenação de personagens ligados ao PT.

Muita gente foi mandada para a cadeia, mas não houve maiores traumas institucionais e jurídicos, prisões preventivas não foram utilizadas para forçar delações, a Justiça não fez tabelinha com o Ministério Público.

Na Lava Jato, as ilegalidades cometidas nos processos tiveram um efeito danoso para a Justiça, como atestou o STF ao anular tantas decisões. Mais: gerou nos presidentes da República posteriores à operação — Jair Bolsonaro e Lula — a necessidade de indicar para o STF pessoas que, em tese, não os mandariam para a cadeia.

Associada ao radicalismo político, essa intenção por parte dos chefes do Executivo distorceu de vez o mecanismo de escolha dos futuros ministros, algo que seria ainda agravado pela tentativa golpista e pelos julgamentos e condenações dos executores e planejadores da tentativa de implantação de uma nova ditadura.

Ao estabelecer penas em muitos casos excessivas para os defensores da abolição da democracia, o STF criou um novo polo de atrito, promoveu a sensação de que julgara mais com o fígado do que com a razão.

A radicalização progressiva fez com que a indicação para ministro do STF deixasse de ser um ato jurídico influenciado pela política para se transformar em processo escancarado de disputa do poder. As exigências presentes na Constituição para a escolha de membros da suprema corte — notável saber jurídico e reputação ilibada — foram, de vez, sepultadas.

As suspeitas relacionadas a ministros do STF pioraram a situação. Diferentemente do que alegam integrantes da corte, apurar responsabilidades não enfraquece a corte; o que a fragiliza é a insistência de transformar em crítica à instituição os reparos feitos à atuação de alguns de seus membros. Ao se colocarem acima das leis, eles atentam contra a própria força.

Fundamental na preservação da democracia, quando precisou até mesmo vencer o imobilismo do procurador-geral da República, Augusto Aras, o STF não soube se recolher, continuou a atuar como um poder superior, o que gerou inconformismo no universo político.

A votação no Senado mostrou que, para a indicação ao STF, passaram a valer as regras comuns no jogo da política brasileira, a priorização dos interesses parlamentares, republicanos ou não. A derrota do governo é, principalmente, a vitória do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e confirma que o Executivo virou refém de um Legislativo de poder ilimitado e voraz.

Tales Faria

O Plano B de Alcolumbre é fazer as próximas indicações para o STF

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), procurou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AM), antes de bater o martelo sobre sua posição em relação à indicação apresentada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal. Braga conta que perguntou a Alcolumbre:

“Você tem plano B para a derrubada do Messias?”

O presidente do Senado respondeu: “Não, não tenho.”

O líder teria arrematado: “Então, sem plano B, não vejo motivo para votar contra a indicação do presidente.”

Ao levar a pergunta para o presidente da Casa, Eduardo Braga expressou uma dúvida que corria solta pelos bastidores do Senado, não só no MDB: qual seria o plano de Alcolumbre para após a indicação ser recusada pelo Senado?

A aprovação de Messias na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça se deu por uma margem pequena, a menor história: 16 a 11, apenas dois votos a mais do que os 14 necessários. Até então o pior resultado na CCJ foi obtido por Flávio Dino, 17 a 10.

No plenário, Messias obteve um resultado ainda pior: 42 votos contra sua nomeação e apenas 34 a favor. Na avaliação dos líderes governistas, ficou evidente que houve traições na base de apoio ao Palácio do Planalto no Senado. E que Alcolumbre foi o grande artífice da derrota do presidente Lula.

O presidente do Senado não revelou a Eduardo Braga seus planos porque sabia que o líder estava engajado na aprovação de Messias. Ele, no entanto, contou o que pretendia aos senadores que convenceu a votar contra:

“Nada tenho contra o Messias. Mas, se ele for derrotado, daqui para a frente todos os governos terão que negociar com o Senado as indicações para o STF”, disse

Alcolumbre já tem até um nome na ponta da língua para selar a derrota definitiva do governo: o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), que ele havia indicado antes e Lula recusou para fazer dele candidato a governador de Minas Gerais.

O principal problema será convencer Lula a aceitar a derrota completa. No Palácio do Planalto o que se dizia antes da votação é que, se o governo fosse derrotado, o presidente jogaria pesado contra Alcolumbre, inclusive retirando o apoio a seu candidato ao governo do Amapá.

É verdade que o senador Rodrigo Pacheco sempre quis uma vaga no Supremo e até poderia desistir da candidatura a governador. Ele não se saiu bem na pesquisa de intenção de votos da Quæst para governador, divulgada nesta quarta-feira 28. Marcou apenas 8% da preferência do eleitorado.

Mas Pacheco já está filiado ao governista PSB. Teria que deixar o partido, no qual chegou apadrinhado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. Não ficaria nada bem para sua imagem entrar forçando assim a porta do STF.

EDITORIAL

O Terremoto Político da Rejeição de Jorge Messias

Por Cláudio Magnavita*

A rejeição de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF) por 42 votos a 34 encerra um tabu de 132 anos e mergulha o governo Lula em sua crise institucional mais profunda. Desde a era de Floriano Peixoto, em 1894, o Plenário do Senado não exercia seu poder de veto sobre uma indicação presidencial à Corte. O resultado não é apenas um revés burocrático, mas uma declaração de guerra política e um diagnóstico terminal da atual articulação do Planalto.

O Senado enviou uma mensagem em dose dupla de enorme impacto. Primeiro, ao presidente Lula, o recado foi de que o presidencialismo de coalizão, nos moldes atuais, faliu. A tentativa de emplacar um nome visto como “advogado de partido” — o eterno “Bessias” do governo Dilma — foi interpretada como um excesso de autoconfiança e desrespeito à autonomia da Casa. O Senado avisou que não aceitará mais a transformação do STF em um refúgio de lealdades pessoais em detrimento do notável saber jurídico independente.

Ao STF, a mensagem foi de contenção. A derrota de um aliado direto do Executivo é uma forma indireta de o Legislativo punir o “ativismo judicial”. Senadores, especialmente os da ala conservadora e do centro, utilizaram Messias como um escudo para atingir a própria Corte, sinalizando que o equilíbrio entre os Poderes agora passa, obrigatoriamente, pelo cri-

vo rigoroso da Câmara Alta.

O erro capital de Lula foi o cálculo de conveniência sobre a política real. Ao preferir Rodrigo Pacheco, o governo ignorou a regra de ouro do Senado: o corporativismo. Pacheco possuía o trânsito necessário, o apoio dos pares e a imagem de magistrado que o momento exigia. Ao optar pela lealdade absoluta de Messias, Lula trocou um “voto certo” por uma “aposta ideológica”. O Senado sentiu-se desprestigiado. Muitos parlamentares que votariam em Pacheco por amizade e respeito institucional sentiram-se liberados para votar contra Messias, por convicção política.

Os 34 votos favoráveis escancararam um governo sem base sólida. Para uma aprovação de maioria absoluta, são necessários 41 votos. O fato de o governo não ter conseguido sequer o mínimo demonstra que os ministérios entregues ao “Centrão” (União Brasil, PSD e MDB) não se converteram em fidelidade parlamentar. O governo está, tecnicamente, em minoria no Senado para temas estruturais.

A derrota de Messias é o fim de uma era de submissão do Senado ao Executivo. O “não” do Plenário obriga Lula a recuar e buscar um nome de conciliação, sob pena de sofrer um novo e humilhante veto. O poder de agenda mudou de mãos: hoje, ela reside na mesa da presidência do Senado.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Opinião do leitor

Senna eterno

Ayrton Senna, é inesquecível! Fez história, estará eternizado na lembrança de todos os brasileiros, certamente. Suas características de pessoa de sucesso que melhor o identifica são: ousadia, perseverança, determinação, foco e superação. Onde você estiver Senna, receba sempre nosso amor, carinho e gratidão eternos!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilmar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.